

Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real

Carlos Eduardo Carvalho

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Giuliano Contento de Oliveira

Mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP

Palavras-Chave

Quebra de bancos; Plano Real; bancos e inflação; Banco Econômico; Banco Nacional; Bamerindus.

Classificação JEL G21; G33; N26

Key Words

Banks bankruptcy; Real Plan; banks and inflation; Banco Econômico; Banco Nacional; Bamerindus.

JEL Classification G21; G33; N26

Resumo

A quebra de três grandes bancos privados no início do Plano Real (Econômico, Nacional e Bamerindus) tem sido atribuída ao aumento rápido e intenso dos empréstimos a partir da queda da inflação. Os dados dos balanços dos três bancos, contudo, mostram aumento do crédito nulo ou muito reduzido a partir de julho de 1994. O artigo defende que os problemas dos três bancos eram anteriores e foram agravados pela dificuldade de reagir ao cenário criado pela queda da inflação e pela política econômica restritiva do início de 1995.

Abstract

The bankruptcy of three big private banks (Econômico, Nacional and Bamerindus) in the beginning of the Plano Real has been attributed to the fast and intense growth of loan after the fall of inflation. The three banks balance sheet data, however, show a decrease in credit amount or a very small growth from July 1994 to the bankruptcy. The article defends that the problems of the three banks came from the past and were aggravated by difficulties to face the new problems created by the end of high inflation and by the restrictive economic politics in 1995.

1_ Introdução

A quebra de três dos maiores bancos privados brasileiros no início do Plano Real, Bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, tem sido atribuída às mudanças trazidas para a atividade bancária pelo êxito do programa de estabilização. Na raiz dos problemas estaria o forte aumento da oferta de crédito a partir de julho de 1994 para compensar a perda das receitas propiciadas pela alta inflação.¹ A rápida expansão do crédito teria sido feita à custa de menor qualidade das carteiras, explicitada com os efeitos da política econômica contracionista do início de 1995, em resposta à crise mexicana. O salto da inadimplência teria então abalado os bancos menos sólidos, por terem

expandido o crédito com muita rapidez e agressividade após a queda da inflação.²

Esta interpretação é insuficiente e parcialmente equivocada para explicar o caso dos três bancos quebrados. Pelos balanços, apenas o Bamerindus dentre eles registrou crescimento real do crédito após a queda da inflação, mas em ritmo muito inferior ao de outros bancos de varejo, enquanto o Nacional e o Econômico tiveram redução real dos empréstimos. Antes do Plano Real, contudo, de 1992 a junho de 1994, quando o crédito bancário cresceu bem mais que nos meses seguintes à queda da inflação,³ o Nacional e o Bamerindus expandiram seus empréstimos em ritmo muito superior ao de outros bancos de varejo (Tabela 1 e Gráfico 1).

¹ As receitas inflacionárias dos bancos têm origem nos recursos de obrigações não remuneradas (depósitos à vista e valores em trânsito, por conta de transferências, cobrança de títulos e recolhimento de impostos). Excluída a parcela recolhida compulsoriamente sem remuneração ao BC, esses recursos podem ser aplicados pelos bancos, em crédito ou títulos, a taxas de juros que incluem a inflação esperada. As receitas inflacionárias dos

bancos no Brasil caíram da média de 4% do PIB entre 1990 e 1993 para 2% do PIB em 1994 e zero em 1995 (IBGE, 1997, p. 44). A inflação caiu drasticamente a partir da entrada do Real, a nova moeda, em 01/07/1994. Os principais elementos do programa de estabilização haviam sido anunciados cerca de um ano antes.

² Para Barros & Almeida Jr. (1997, p. 93-95), “uma das formas encontradas pelo sistema bancário para

compensar a perda da receita inflacionária (...) foi expandir as operações de crédito (...) sem os devidos cuidados quanto à capacidade de pagamento dos novos e antigos devedores. (...) O grande problema em períodos de expansão rápida dos créditos é o aumento da vulnerabilidade das instituições financeiras. (...) são momentos de expansão macroeconômica, quando os devedores estão transitoriamente com folga de

liquidez, dificultando, assim, uma análise de risco mais rigorosa por parte dos bancos”. A tese está exposta também em Paula & Alves Jr. & Marques (2001), Freitas (2000) e Carvalho (1996a).

³ O forte aumento do crédito antes de julho de 1994 é quase sempre ignorado nas análises sobre os problemas no sistema bancário no Plano Real. Uma exceção é Soares (2001).

Tabela 1_Contas selecionadas do ativo de grandes bancos privados brasileiros – 1991/95

Ativo Total – Índice Real-Base: Jun/94 = 100 (Deflator: IGP-DI)

Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	49	71	67	71	60	80	89	93	79	93	100	78	77	84	89	82	75
Nacional	37	47	54	57	59	72	78	77	80	90	100	77	81	97	84	81	nd
Econômico	78	84	92	82	93	nd	nd	92	89	91	100	88	nd	89	nd	nd	nd
Itaú	69	63	76	62	67	69	82	77	88	94	100	71	71	80	83	83	89
Bradesco	61	69	75	77	76	86	87	74	96	82	100	75	73	85	84	90	100
Unibanco	50	65	73	69	77	68	72	75	83	95	100	80	86	91	90	93	153
Real	45	55	54	50	52	65	63	68	62	65	100	64	70	69	68	75	64
Noroeste	36	43	46	51	62	57	53	68	74	77	100	77	63	81	66	68	76

Operações de Crédito (C.P. + L.P.) – Índice Real-Base: Jun/94 = 100 (Deflator: IGP-DI)

Bamerindus	34	38	45	47	53	60	67	80	85	85	100	111	113	104	113	118	114
Nacional	33	40	48	50	57	60	63	71	84	86	100	82	87	90	96	101	nd
Econômico	73	78	80	81	89	nd	nd	104	104	103	100	93	nd	100	nd	nd	nd
Itaú	78	73	74	73	79	74	74	80	93	92	100	104	122	128	127	124	129
Bradesco	70	72	73	73	81	84	83	81	94	89	100	104	128	143	142	149	162
Unibanco	59	51	65	71	73	69	84	85	103	95	100	97	123	117	119	106	149
Real	59	58	52	65	82	97	104	104	107	103	100	113	205	228	205	203	226
Noroeste	60	61	61	64	78	80	84	89	106	101	100	103	163	160	153	149	166

Operações de Crédito (C.P. + L.P.) como % do Ativo Total

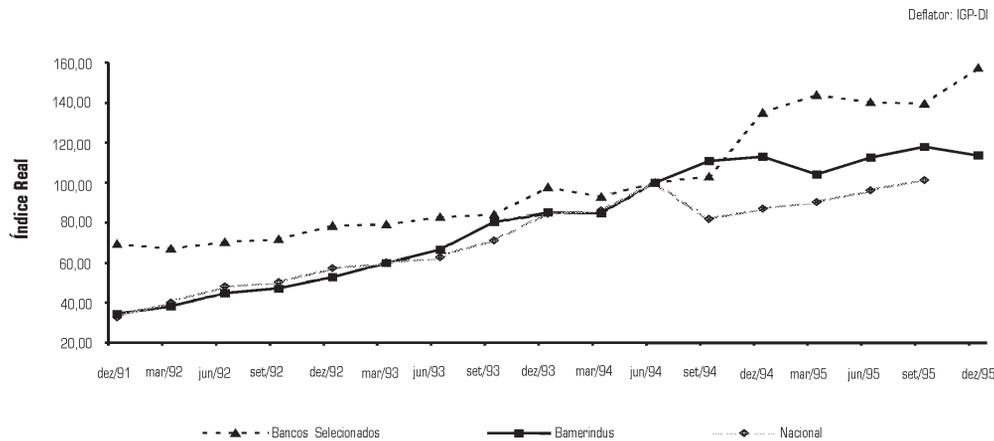
Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	21,1	16,2	20,1	20,0	26,8	22,5	22,6	26,1	32,7	27,7	30,2	42,8	44,2	37,7	38,2	43,4	45,8
Nacional	41,6	40,0	41,8	41,2	45,4	38,9	37,4	42,8	49,5	44,9	46,7	49,5	50,1	43,6	53,6	58,2	nd
Econômico	38,1	37,6	35,0	40,1	38,5	nd	nd	45,4	47,3	45,7	40,5	42,9	nd	45,6	nd	nd	nd
Itaú	25,0	25,5	21,6	26,0	26,3	23,7	19,9	23,0	23,6	21,6	22,1	32,2	37,9	35,6	33,6	33,1	32,2
Bradesco	26,7	24,0	22,7	22,2	24,8	22,7	22,2	25,4	22,5	25,2	23,1	32,2	40,4	38,8	39,4	38,2	37,3
Unibanco	36,8	24,3	27,6	32,0	29,4	31,4	35,9	35,2	38,5	30,9	31,0	37,6	44,6	40,0	41,0	35,4	30,2
Real	12,8	10,2	9,4	12,7	15,3	14,4	16,1	14,7	16,8	15,2	9,7	17,2	28,1	32,1	29,0	26,1	33,9
Noroeste	30,6	26,2	25,0	23,5	23,8	26,1	29,5	24,3	26,7	24,3	18,7	25,0	47,8	36,5	43,1	40,6	40,9

Provisão (C.P. + L.P.) – Índice Real Base Jun/94 = 100 (Deflator: IGP-DI)

Bamerindus	136	133	138	131	41	46	55	31	60	24	100	143	180	273	412	602	792
Nacional	32	28	32	28	23	42	60	65	61	82	100	126	179	250	442	341	nd
Econômico	40	38	275	121	115	nd	nd	77	92	54	100	136	nd	231	nd	nd	nd
Itaú	189	259	228	220	153	133	148	142	179	173	100	242	320	395	455	461	685
Bradesco	177	178	182	169	125	146	139	114	106	119	100	205	273	419	511	529	457
Unibanco	87	71	53	27	31	29	45	97	102	90	100	96	216	254	536	795	814
Real	39	32	26	26	39	23	78	87	108	92	100	109	325	390	611	889	796
Noroeste	130	90	76	40	42	22	30	51	95	119	100	110	162	271	480	590	383

Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas edições. Elaboração dos autores.

nd = Dados não-disponíveis.



Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas edições. Elaboração Própria.

Bancos seleccionados: Itaú, Bradesco, Real, Unibanco e Noroeste. Média ponderada pela participação relativa de cada banco em relação ao total das operações de crédito (soma de todos eles).

Gráfico 1_ Evolução das Operações de Crédito – Índice Real Base Jun/94 = 100

Para ampliar a compreensão do comportamento do setor bancário brasileiro na passagem para a inflação baixa impõe-se, portanto, analisar a trajetória dos três grandes bancos quebrados e considerar também o período imediatamente anterior ao Plano Real.⁴ Estas questões são analisadas aqui com base em dados dos balanços patrimoniais⁵ de um grupo de

bancos de varejo privados nacionais, de dezembro de 1991 a dezembro de 1995.

2_ Os bancos de varejo brasileiros no final da alta inflação

No enfoque pós-keynesiano, os bancos são analisados como empresas, preocupadas com a geração de lucros e com seu crescimento, sempre envolvidas em forte concorrência entre si e com outras empresas financeiras.⁶ Para viabilizar seus objetivos de expansão e de concentração de capital, os bancos exploram as possibilidades de lucro visualizadas a cada momento, de acordo com suas expectativas sobre o futuro. Com este propósito, administram seu ativo e seu passivo para não apenas manter o equilíbrio financei-

⁴ Alguns trabalhos apontam a fragilização dos três bancos antes do Real (Corazza, 2000, p. 7-8 e Freitas, 2000, p. 238 e Barros & Almeida Jr, 1997, p. 96), mas sem relacioná-la com o aumento do crédito e a concorrência naquele período.

⁵ Justifica-se o uso dos balanços pela inexistência de

outras fontes acessíveis de dados primários. As conclusões devem sempre levar em conta a possível ocorrência de imprecisões e mesmo de manipulações.

⁶ As referências básicas são Keynes (1933; 1985), Minsky (1986) e Chick (1986). Para uma síntese, Bezerra (1994).

ro no médio e no longo prazo, inclusive em termos de imagem pública, mas também para enfrentar a concorrência com outros bancos e empresas financeiras⁷ e para proteger-se e tirar proveito de iniciativas do Banco Central que afetem os juros e as condições de demanda de crédito e de solvência de seus clientes.⁸

O aumento generalizado e intenso do crédito de 1992 a julho de 1994 (Tabela 1) pode ser explicado como resposta dos bancos de varejo a três fatores. O primeiro era a queda da receita nas operações com títulos, decorrente da forte redução da dívida pública em mercado no Plano Collor, de março de 1990, e do fim das aplicações *overnight* no Plano Collor II, de janeiro de 1991. O segundo fator era o cenário econômico mais favorável, com a volta dos recursos externos em 1992 e a retomada do crescimento econômico. O terceiro era a perspectiva de queda da inflação, o que recomendava ampliar de imediato o crédito para não ter que fazê-lo sob as previsíveis restrições da fase inicial de um futuro programa de estabilização.

O forte aumento dos empréstimos naqueles anos indica que os grandes bancos estavam em condições de reagir com rapidez a restrições e a mudanças nas expectativas⁹ e de preparar-se para alterações mais profundas do quadro econômico,

como a estabilização da moeda. Para alguns este cenário oferecia oportunidades para melhorar suas posições de mercado, desde que aceitassem os riscos de expandir o crédito com agressividade.

A capacidade de reação dos bancos brasileiros no início da década de 1990 resultava em boa medida dos lucros expressivos dos anos anteriores, por conta não apenas das receitas permitidas pela alta inflação, mas também por terem os bancos se beneficiado com a política econômica orientada para enfrentar a grave crise externa dos anos 1980.¹⁰ O quadro

.....
⁷ Sobre a natureza e as peculiaridades da concorrência bancária, ver Freitas (1997).

⁸ Para uma discussão destas questões no contexto do final da alta inflação, ver Oliveira (2001).

⁹ Esta capacidade aparece, por exemplo, nas sucessivas mudanças no peso relativo das receitas dos bancos com crédito e de operações com títulos de 1991 até o início do Plano Real (Paula, 2000).

¹⁰ O desempenho dos bancos brasileiros na alta inflação pode ser considerado singular. A inflação abre para os bancos a possibilidade de ganhos elevados, mas acarreta também riscos crescentes, pela

instabilidade econômica e pelas dificuldades criadas pelas medidas de estabilização. Os resultados dos bancos no Brasil foram bem melhores que em outros países da América Latina, em que a inflação alta foi acompanhada por graves crises bancárias nos anos 1970 e 1980 (IBGE, 1997). O desempenho favorável dos bancos brasileiros naquele período reforça a tese de que não teria havido de fato uma crise bancária em 1994-1995, dada a solidez dos bancos líderes, mas sim uma ameaça importante nesse sentido (Cardim de Carvalho, 1996).

favorável não os conduziu a uma postura imobilista e a maioria procurou reorientar sua atividade.¹¹ Pesaram neste sentido também as transformações na atividade financeira nos países centrais, com a expectativa de ampliação tanto do acesso dos residentes a mercados mundiais quanto da presença de instituições financeiras estrangeiras no mercado brasileiro.

No início dos anos 1990 os bancos de varejo estavam diante dos desafios colocados pela conjuntura e pelo provável acirramento da concorrência. É correto supor que as instituições mais frágeis fo-

ram levadas a atuar agressivamente, pelo menos para defender sua posição de mercado, mesmo sem ter condições patrimoniais e de mercado para tanto. A maior disposição do Bamerindus e do Nacional para aumentar o crédito neste período pode ser atribuída a uma estratégia de avançar mais rápido que os concorrentes, com os riscos previsíveis. No caso do Bamerindus, merece destaque a diversificação problemática para o setor de celulose (Freitas, 2000, p. 255-256) e o Nacional parece ter apostado tudo na expansão acelerada do crédito.¹² Quando a inflação caiu, estes bancos estavam muito alavancados (Tabela 2) e provavelmente com carteiras de empréstimos de qualidade inferior à concorrência, o que reduziu sua capacidade de mudar a composição do ativo para substituir os ganhos da inflação. No Econômico esta dificuldade para reagir apareceu desde antes do Plano Real e se acentuou nos meses seguintes.

.....
¹¹ Nos anos anteriores ao Plano Real, alguns bancos procuraram desenvolver perfis diferenciados, mas mantendo o perfil de varejo. Além de mudanças na própria atividade bancária, houve significativo processo de diversificação patrimonial. Os principais grupos controladores de bancos passaram a investir em empresas do setor produtivo, seguindo estratégias distintas. Em Madi & Meleti (1995) há interessante descrição deste processo e das iniciativas de diversificação patrimonial nos últimos anos da inflação alta. Ver também Alves Jr. (2001, p. 56-80).

.....
¹² Não há elementos para afirmar que o fator determinante da crise do Nacional teria sido as fraudes, reveladas depois da intervenção do BC. É mais adequado apontá-las como um expediente adotado para encobrir os percalços decorrentes da estratégia de crescimento acelerado. Vale observar que é impossível saber se não houve também “maquiagem” de balanços e ocultamento de perdas em outros bancos que, por não terem quebrado, não tiveram sua contabilidade e seus registros próprios abertos ao conhecimento público.

Tabela 2_Patrimônio Líquido como % do Passivo Total de grandes bancos privados brasileiros – 1991/95

Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	11,9	8,4	8,2	7,2	9,2	7,0	6,2	5,9	6,9	6,1	6,3	7,3	7,9	7,3	7,6	8,5	9,4
Nacional	9,4	7,7	7,0	6,2	7,8	7,1	6,5	6,3	7,3	6,3	6,7	7,6	7,9	6,6	8,2	8,6	-
Econômico	12,8	11,9	11,0	12,1	10,1	-	-	9,8	10,1	9,8	9,1	9,2	-	10,1	-	-	-
Itaú	19,5	21,5	18,6	22,1	21,1	20,7	17,4	18,4	16,2	14,9	14,3	17,8	18,5	16,8	16,8	17,5	16,9
Bradesco	21,7	19,9	19,0	18,2	19,9	18,0	17,3	20,6	15,8	19,0	15,5	18,9	20,0	17,6	18,5	18,0	16,8
Unibanco	14,1	11,1	10,3	10,7	9,6	11,1	10,2	9,7	11,3	7,9	8,3	9,3	8,9	8,7	9,0	9,1	9,1
Real	12,2	10,0	10,8	11,4	10,9	8,9	8,9	8,0	9,1	8,6	5,7	7,9	7,9	7,9	8,1	7,8	9,3
Noroeste	11,1	9,5	9,9	8,4	7,3	7,9	9,1	7,0	7,3	7,3	6,2	7,8	10,1	8,8	11,6	12,3	11,5

Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas Edições. Elaboração dos autores.

A guinada recessiva do início de 1995 deve ter sido suficiente para agravar os problemas dos três.¹³ Mas a quebra dependeu da decisão do BC. Pelo que se sabe, Econômico e Nacional estavam quebrados de fato meses antes da intervenção do BC e foram mantidos em operação por meio de uma série de iniciativas de financiamento e apoio da autoridade monetária, da mesma forma que o Bamerindus a partir da quebra do Nacional. É mais adequado, portanto, utilizar o conceito de fragilização, diante do peso decisivo das iniciativas do BC para definir se e quando quebrará um banco. O conceito de fragilização caracteriza melhor o processo microeconômico propriamente dito, enquanto o conceito de quebra privilegia a

decisão do BC, determinada por considerações que incluem o risco sistêmico, o quadro externo e o momento político.¹⁴

¹³ Sobre o aumento da inadimplência no início de 1995 e seus efeitos sobre os bancos, ver Giannico (2000, p. 239-274).

¹⁴ Sobre a atuação do BC na crise do Econômico e do Nacional, ver Carvalho (1996b). Não é correta a tese de que o determinante principal dos problemas dos bancos brasileiros no Plano Real foram erros ou excessos da política monetária (Assis, 1997, p. 14-22 e Troster, 1997, p. 67). As medidas restritivas

respondiam a um choque externo, risco que deveria ter sido considerado pelos bancos ao decidir aumentar a alavancagem. Os bancos que viriam a quebrar já estavam fragilizados antes do Plano Real enquanto outros tiraram proveito das iniciativas do BC e aumentaram suas receitas com títulos, à custa do Tesouro, com a elevação das taxas de juros e o aumento da dívida pública mobiliária (Paula & Alves Jr. & Marques, 2001).

3_ A Fragilização do Econômico, do Nacional e do Bamerindus

Apresentam-se aqui indicadores selecionados, de 1992 a 1995,¹⁵ dos três grandes bancos quebrados no início do Plano Real e de outros cinco bancos de varejo: Bradesco e Itaú, os dois maiores bancos privados; Unibanco, que passou a terceiro, ao absorver o Nacional em novembro de 1995; Real e Noroeste, comprados depois por estrangeiros (ABN Amro e Santander).¹⁶

A Tabela 2 registra o agravamento da situação patrimonial dos três bancos quebrados desde 1992 até junho de 1994, seguindo-se certa estabilidade nos primeiros meses da inflação baixa e uma curiosa tendência de recuperação em 1995. O índice patrimônio líquido sobre passivo total do Bamerindus e do Nacional caiu da faixa de 9 a 12% no final de 1991 e 1992 para 6 a 7% de 1993 a junho de 1994,¹⁷ enquanto o índice do Econômico oscilou em torno de 9 a 10%. Vale destacar os números bem mais elevados do Bradesco e do Itaú durante todo o período.

A Tabela 1 destaca algumas contas do ativo. A forte queda do ativo total dos oito bancos em setembro de 1994 refletiu o encolhimento da atividade bancária com o fim da inflação alta. Até junho de 1994, ao contrário, verificou-se expansão gene-

ralizada do ativo, bem menos intensa no Bradesco e no Itaú e menos ainda no Econômico, ao contrário do aumento muito forte no Nacional, da mesma forma que no Bamerindus até setembro de 1993.

Nas operações de crédito aparece mais claramente o comportamento singular do Nacional e do Bamerindus (ver também o Gráfico 1). O aumento do crédito foi intenso nos dois desde 1992, bem acima do Bradesco e do Itaú, mas perdeu fôlego depois da queda da inflação: nos doze meses anteriores a julho de 1994, o Nacional e o Bamerindus expandiram o crédito em 53,8%, em média, enquanto o Bradesco e o Itaú avançaram 27,4%; nos primeiros doze meses do Real, julho de 1994 a junho de 1995, a relação se inverteu: o crédito no Nacional caiu 4% e no Bamerindus subiu 13%, diante de 27% no Itaú e 42% no Bradesco. No Econômico o movimento foi diferente: aumento do crédito em ritmo semelhante aos líderes até o final de 1993 e estagnação ao longo de 1994.

Os dados referentes à participação do crédito no ativo total (Tabela 1) ressaltam outras diferenças. Bradesco e Itaú registraram percentual relativamente constante até o Real, em torno de 20 a 25% do ativo total, o que sugere ter havido política de crescimento mais cautelosa ou

.....
¹⁵ Balanços patrimoniais mensais de final de trimestre, publicados na *Revista Bancária Brasileira*, dos bancos múltiplos (e não do conglomerado todo), na forma de correção integral (e não de legislação societária).

¹⁶ Os números não se ajustam bem à série de volume de crédito do BC, na qual uma forte descontinuidade no segundo semestre de 1994 compromete a comparação do período anterior ao Plano Real com o ano de 1995.

¹⁷ O aumento da alavancagem desses bancos antes de 1994 é destacado também em Corazza (2000, p. 7).

maior capacidade de crescer mantendo ganhos simultaneamente em crédito e em outras aplicações. Depois da queda da inflação a participação do crédito no ativo de ambos subiu para 35 a 40%, mas no Itaú começou a cair já em março de 1995. Os três bancos quebrados atingiram índices semelhantes antes do Plano Real: no Econômico e no Nacional o índice subiu de 40 para 45% do fim de 1991 a junho de 1994 e no Bamerindus a alta foi de 20 para 30%. Com a queda da inflação o índice subiu muito no Nacional (até 55%) e no Bamerindus (até 45%), embora o crédito tenha estagnado ou crescido a ritmo lento, ou seja, a alavancagem cresceu sem expansão significativa dos empréstimos. A política de provisionamento neste período foi bem menos rigorosa nos bancos quebrados que no Bradesco e no Itaú, o que parece de acordo com a hipótese de maior agressividade e disposição de correr riscos.

A Tabela 3 mostra que o aumento do crédito se assentou em forte aumento dos depósitos no conjunto dos bancos analisados, mas com ritmo e intensidade diferentes. O menor dinamismo foi do Econômico. Do Bamerindus e do Nacional que registraram forte aumento de depósitos antes de 1994 e conseguiram recuperar com rapidez as perdas dos pri-

meiros meses da inflação baixa (embora o Bamerindus tenha sofrido novas perdas expressivas na segunda metade de 1995). A participação dos depósitos no passivo total não diferia muito entre os bancos em 1995, mas a composição variou muito nos anos analisados. Bradesco e Itaú mantiveram maior percentual de depósitos à vista em quase todo o período e a diferença se alargou muito depois de 1994. Nos depósitos de poupança a diferença era bem mais acentuada e também se ampliou a partir da entrada do Real. Os recursos captados nestas duas modalidades tendem a ser mais estáveis e mais baratos, mesmo com a incidência de recolhimentos compulsórios e aplicações obrigatórias.

Em contrapartida, os três bancos quebrados se financiaram crescentemente com depósitos a prazo e interfinanceiros, em geral mais caros e menos estáveis que as modalidades citadas. É possível concluir que o encarecimento do passivo contribuiu para os problemas enfrentados.

Tabela 3_ Contas selecionadas do passivo de grandes bancos privados brasileiros – 1991/95

Depósitos (C.P. + L.P.) – Índice Real Base Jun/94 = 100 (Deflator: IGP-DI)

Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	50	58	60	66	70	73	82	81	90	83	100	88	109	119	115	97	83
Nacional	39	44	49	60	78	78	82	88	93	89	100	73	95	104	101	102	nd
Econômico	75	82	97	100	108	nd	nd	101	110	99	100	81	nd	97	nd	nd	nd
Itaú	58	60	74	65	75	67	73	71	90	86	100	73	86	95	93	88	103
Bradesco	68	63	65	78	86	81	86	71	95	83	100	80	95	109	98	108	118
Unibanco	61	66	79	79	86	80	90	94	115	107	100	99	117	122	108	108	201
Real	48	49	61	55	69	70	65	67	74	66	100	61	90	84	83	91	84
Noroeste	29	37	39	42	42	42	42	52	67	59	100	71	59	81	50	48	61

Depósitos (C.P. + L.P.) como % do Ativo

Bamerindus	43,4	34,9	38,1	39,8	50,4	38,8	39,6	37,3	49,1	38,5	42,9	48,3	60,8	61,1	55,4	50,9	47,3
Nacional	51,0	44,9	44,0	51,0	63,2	51,8	50,2	54,5	56,3	47,7	48,1	45,3	56,2	51,8	58,1	60,6	nd
Econômico	42,0	42,5	45,5	53,0	50,3	nd	nd	47,2	53,7	47,2	43,4	40,0	nd	47,3	nd	nd	nd
Itaú	35,6	40,7	41,6	44,6	48,2	41,4	38,2	39,7	44,2	39,2	42,8	44,0	51,3	50,8	47,8	45,6	49,5
Bradesco	48,4	40,0	38,3	44,5	49,8	41,1	43,6	42,3	43,2	44,3	43,8	47,2	56,9	56,0	51,3	52,5	51,6
Unibanco	44,3	36,7	39,5	41,4	40,9	42,8	45,0	45,1	50,2	41,0	36,3	44,7	49,4	48,6	43,3	41,9	47,7
Real	42,8	36,0	45,2	44,4	53,6	43,2	41,6	39,4	48,2	40,4	40,0	38,3	51,1	48,6	48,5	48,5	52,4
Noroeste	44,9	46,9	47,6	45,3	38,2	40,6	43,7	42,4	49,9	42,7	55,5	51,2	51,6	55,3	41,5	39,0	44,8

Depósitos à Vista como % do Ativo Total

Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	7,3	3,4	3,7	3,4	4,8	3,1	2,9	2,5	3,3	2,6	3,0	6,5	7,4	5,3	3,9	3,9	4,5
Nacional	5,7	2,6	2,4	2,3	4,1	1,5	1,3	1,0	1,9	0,9	0,8	1,6	4,4	2,1	3,1	2,9	nd
Econômico	2,4	1,7	1,5	1,4	1,3	nd	nd	0,9	1,2	0,8	1,7	2,1	nd	1,9	nd	nd	nd
Itaú	7,5	5,3	4,4	4,5	5,8	3,7	2,9	2,7	2,8	2,4	3,0	7,3	10,6	7,1	6,8	6,4	7,9
Bradesco	10,4	6,9	6,7	5,4	5,6	4,0	4,0	4,2	3,2	3,2	3,6	8,8	11,3	7,9	8,1	7,4	9,3
Unibanco	3,4	2,1	2,1	2,0	2,4	1,9	1,7	1,5	1,6	1,2	1,3	3,2	4,3	3,4	3,6	3,2	4,5
Real	5,2	3,8	4,2	4,0	3,7	2,8	2,9	2,5	2,8	2,2	3,3	4,9	11,0	6,2	5,6	5,6	9,0
Noroeste	2,5	1,9	1,4	1,0	0,9	0,6	0,5	0,3	0,4	0,3	0,6	0,9	1,7	0,5	0,5	0,5	0,8

Depósitos de Poupança como % do Ativo Total

Bamerindus	16,2	12,0	13,1	12,3	16,7	13,0	12,8	12,9	19,1	16,4	16,6	17,7	17,8	16,5	17,0	18,5	19,6
Nacional	8,9	6,8	5,7	5,4	6,0	5,4	5,7	5,8	7,6	6,6	6,4	7,2	6,6	5,2	7,4	6,7	nd
Econômico	11,6	9,1	8,2	9,1	8,5	nd	nd	9,1	11,4	11,3	11,4	10,6	nd	9,8	nd	nd	nd
Itaú	16,2	19,0	16,4	20,2	22,0	22,0	19,0	20,2	23,1	21,5	23,2	29,1	30,8	28,1	30,5	33,4	33,4
Bradesco	23,4	21,9	20,7	20,4	22,5	20,3	21,1	25,3	23,1	27,2	24,0	27,7	29,0	26,4	30,1	30,1	29,1
Unibanco	11,2	12,5	8,2	8,6	8,7	10,0	9,6	9,5	10,1	9,2	9,8	10,6	10,1	9,4	10,1	10,0	10,0
Real	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Noroeste	6,7	4,6	4,5	4,6	5,1	5,7	5,7	4,9	5,9	5,6	4,9	5,4	7,0	5,1	6,5	6,3	6,1

Depósitos a Prazo (C.P. + L.P.) como % do Ativo Total

Período	dez/ 91	mar/ 92	jun/ 92	set/ 92	dez/ 92	mar/ 93	jun/ 93	set/ 93	dez/ 93	mar/ 94	jun/ 94	set/ 94	dez/ 94	mar/ 95	jun/ 95	set/ 95	dez/ 95
Bamerindus	17,2	17,6	20,0	20,5	23,4	16,4	18,0	17,1	20,6	15,0	17,1	20,7	29,1	32,7	30,2	21,6	14,8
Nacional	29,0	29,4	27,2	26,6	7,8	2,9	1,8	1,7	3,6	2,3	11,2	2,2	9,1	27,9	19,3	14,6	nd
Econômico	21,6	28,4	30,7	36,3	37,1	nd	nd	33,0	35,1	32,2	28,1	25,2	nd	23,0	nd	nd	nd
Itaú	10,5	15,7	17,4	18,8	18,4	14,4	13,3	13,4	13,4	10,2	9,0	5,0	6,3	11,5	7,8	4,5	7,3
Bradesco	14,5	11,0	10,7	16,3	18,5	14,2	14,8	11,3	11,3	7,5	12,1	8,4	16,4	16,6	10,6	14,4	12,8
Unibanco	16,3	10,9	15,5	22,6	17,9	17,4	19,5	18,6	25,4	23,1	20,7	24,3	29,9	33,5	21,6	22,3	29,5
Real	19,3	22,1	26,8	29,5	32,2	24,1	24,0	21,7	24,5	19,4	23,1	24,3	33,5	37,2	33,8	37,2	36,7
Noroeste	30,3	35,8	38,8	34,8	24,5	25,1	25,2	18,9	21,1	26,4	33,8	35,3	28,9	33,5	28,4	30,9	37,9

Depósitos Interfinanceiros (C.P. + L.P.) como % do Ativo Total

Bamerindus	2,7	1,8	1,4	3,7	5,5	6,3	5,9	4,8	6,0	4,5	6,3	3,5	6,4	6,6	4,3	7,0	8,3
Nacional	7,4	6,2	8,6	16,7	45,4	42,1	41,4	45,9	43,3	37,9	29,7	34,3	36,1	16,6	28,3	36,4	nd
Econômico	6,4	3,4	5,1	6,2	3,4	nd	nd	4,2	6,1	2,9	2,2	2,1	nd	12,5	nd	nd	nd
Itaú	0,1	0,7	3,5	1,1	1,9	1,3	3,0	3,4	4,8	5,1	7,6	2,6	8,0	4,1	2,8	1,3	0,9
Bradesco	0,1	0,2	0,2	2,4	3,2	2,6	3,7	1,6	5,7	6,4	4,1	2,3	0,1	5,1	2,5	0,6	0,5
Unibanco	10,5	11,1	9,6	8,2	8,3	10,1	11,4	13,1	11,1	6,0	3,0	5,2	4,0	1,2	7,1	5,5	3,7
Real	18,3	10,1	14,2	10,9	17,7	16,4	14,7	15,2	21,0	18,8	13,6	9,2	10,2	5,3	9,1	5,7	6,9
Noroeste	5,4	4,6	5,5	4,9	7,7	9,2	12,3	18,2	22,5	10,3	16,2	9,5	14,0	16,3	6,1	1,4	0,0

Fonte: Revista Bancária Brasileira. Diversas edições. Elaboração dos autores.

nd = Dados não-disponíveis.

É importante destacar que não há explicações claras para as “substituições” abruptas entre as rubricas de depósitos a prazo e interfinanceiros no Nacional em dezembro de 1992 e março de 1995, o que impede a análise do seu significado naquele período. O Bamerindus apresentou forte elevação das captações no mercado aberto em 1995, de 0,9% do passivo total em abril para 11,0% em dezembro. É possível atribuir estas mudanças abruptas às determinações da fiscalização do Banco Central ou às conveniências dos bancos em relação a sua imagem pública na divulgação dos balanços.

4_ Conclusões e comentários finais

Os números analisados mostram que a quebra do Econômico, do Nacional e do Bamerindus não pode ser atribuída ao aumento do crédito após a queda da inflação, ao contrário do que se afirma, e sugerem que foram decisivos os problemas herdados dos anos anteriores ao Plano Real.

A pesquisa indica também que os três casos diferem muito entre si. O Nacional e o Bamerindus aumentaram muito o crédito nos anos imediatamente anteriores ao Plano Real, o que indica uma estratégia de aproveitar o momento

favorável para crescer mais que a concorrência e ganhar posições de mercado, mas à custa de chegarem a 1994 com níveis de alavancagem muito altos e, possivelmente, com carteiras de empréstimos de qualidade inferior à dos concorrentes. O comportamento do Econômico sugere grande dificuldade para reagir às flutuações da conjuntura macroeconômica e aos desafios da concorrência: agiu moderadamente antes da queda da inflação, quando outros bancos expandiam o crédito com rapidez; quando os bancos líderes passaram a expandir as operações com mais firmeza, no segundo semestre de 1994, o Econômico estagnou. A hipótese de fragilização se aplica também a ele, na medida em que suas dificuldades podem ser atribuídas a problemas com as carteiras de empréstimos acumulados em anos anteriores.

Apesar das diferenças, a trajetória dos três se enquadra na hipótese de que a fragilização ocorreu antes da queda da inflação e dificultou a capacidade de reação frente à forte mudança provocada pela queda abrupta da inflação. As dificuldades acumuladas devem ter contribuído bastante para que os três bancos não conseguissem aumentar o crédito em ritmo semelhante ao da concorrência no segundo semestre de 1994, quando era decisivo

encontrar fontes de receita que compen-sassem o fim dos ganhos propiciados pela inflação alta. Nas condições em que se encontravam, os três bancos sofreram muito com os efeitos do choque do início de 1995, em especial o aumento generalizado da inadimplência.

A quebra dos três bancos está ligada ao quadro econômico da primeira metade da década, e não apenas ao que ocorreu a partir da queda da inflação. Os problemas de cada um deles devem ser analisados a partir de sua situação específica e das estratégias que adotaram para enfrentar a concorrência, tentar ganhar mercado e crescer. O esclarecimento sobre o que de fato ocorreu depende do aprofundamento da pesquisa sobre a trajetória de cada um deles, a partir de dados mais detalhados e confiáveis que os dos balanços e que permitam avaliar os efeitos das estratégias adotadas, desde antes do Real, sobre sua situação patrimonial e sobre seus resultados.

Referências bibliográficas

- ALVES Jr., Antônio J. *A transição do sistema bancário brasileiro da alta inflação para a estabilidade: fragilização, instabilidade e recomposição*. 2001. 180 f. Tese (Doutorado em Economia) – UFRJ, Rio de Janeiro.
- ASSIS, José C. Por que quebram os bancos no Brasil. *Arbê*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 9-47, 1997. (Faculdades Integradas Cândido Mendes).
- BARROS, José R. Mendonça de; ALMEIDA Jr., Mansueto F. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. *Política Comparada*, Brasília, v. 1, n. 2, maio/ago. p. 89-132, 1997.
- BEZERRA, Rogério Sobreira. A teoria pós-keynesiana da firma bancária. *Arbê*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 110-135, 1994. (Faculdades Integradas Cândido Mendes Ipanema).
- CARDIM DE CARVALHO, Fernando. *Price stability and banking sector distress in Brazil after 1994*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, mar. 1996. (Textos para Discussão, 388).
- CARNEIRO, Dionísio D.; WERNECK, Rogério L. F.; GARCIA, Márcio G. P.; BONOMO, Marco A. El fortalecimiento del sector financiero en la economía brasileña. In: FRENKEL, Roberto (Ed.). *El fortalecimiento del sector financiero en el proceso de ajuste: liberalización y regulación*. Buenos Aires: BID/CEDES, p. 87-149, 1994.
- CARVALHO, Carlos E. Três ensaios sobre a política monetária no Plano Real. In: SAWAYA, Rubens (Org.). *O Plano Real e a política econômica*. São Paulo: Educ, Cadernos PUC Economia, 1996a. p. 43-78.
- CARVALHO, Carlos E. Crise bancária questiona a independência do BCB. *Economia em Perspectiva*, São Paulo, p. 2-3, jan. 1996b.
- CHICK, Victoria. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. *Economie et Société*, Paris, n. 3, p. 111-126, août./sep. 1986. (Serie Monnaie et Production).
- CORAZZA, Gentil. *Crise e reestruturação bancária no Brasil*. Porto Alegre: UFRS, 2000. (Texto para Discussão, 8).
- FREITAS, Maria Cristina P. A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun. 1997.
- FREITAS, Maria Cristina P. Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária. In: CARNEIRO, Ricardo *et al. Gestão estatal no Brasil: armadilha da estabilização 1995-1998*. São Paulo: Fundap, p. 237-295, 2000.
- GIANNICO, Maíra. *O crédito bancário no Plano Real (1994-1997)*. 2000. 291 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – PUC/SP, São Paulo.
- IBGE. *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- KEYNES, John M. *A treatise on money*. London: MacMillan and Co., 1933.
- KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MADI, Maria Alejandra C.; MELETI, Patricia M. F. *Tendências estruturais dos bancos privados no Brasil: dinâmica das relações entre bancos e empresas não-financeiras (1990-94)*. São Paulo: Fundap/IESP, 1995. (Textos de Discussão).
- MINSKY, Hyman. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- OLIVEIRA, Giuliano C. *O processo de fragilização dos bancos Bamerindus, Econômico e Nacional: uma abordagem alternativa*. 2001. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária – FEA-PUC/SP, São Paulo.
- PAULA, Antônio D. A lucratividade do setor bancário privado e nacional (1991-95). 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – PUC/SP, São Paulo.
- PAULA, Luís F. R.; ALVES Jr., Antônio J.; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-319, 2001.
- REVISTA Bancária Brasileira. Rio de Janeiro, diversos números.
- SOARES, Ricardo P. *Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação*. Brasília, IPEA, jul. 2001. (Texto para Discussão, 808)
- TROSTER, Roberto L. *Overbanking no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 1997.
-
 : O trabalho foi desenvolvido no :
 : âmbito do Programa de Iniciação :
 : Científica do CEPE- :
 : PUC/CNPq, cujo apoio :
 : financeiro os autores agradecem. :
 : A versão final beneficiou-se do :
 : debate em um seminário do :
 : Núcleo de Moeda e Crédito do :
 : PEPG em Economia Política da :
 : PUCSP, em 2001. :
 :
 : E-mail de contato dos autores :
 : cecarv@uol.com.br :
 : giulianooliveira@uol.com.br :
 :